



EDUCAÇÃO FINANCEIRA, MATEMÁTICA E ECONOMIA: EXPERIÊNCIAS ACERCA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Regina Célia Guapo Pasquini¹

Alisson Henrique dos Santos²

Educação Matemática no Ensino Superior

Resumo: Este artigo tem como objetivo relatar parte da experiência obtida com o projeto de Extensão “Educação Financeira: Matemática, Economia e Cidadania”³ desenvolvido por um grupo de estudos da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná. O projeto se propõe a desenvolver, junto às comunidades de baixa renda, ações formadoras relativas à Educação Financeira, que poderão contribuir para formar cidadãos educados financeiramente com conhecimentos sobre tal, de modo a refletir sobre o seu próprio consumo e os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas ações. Apresentamos as ações do projeto de modo pormenorizado e os resultados de nossos estudos sobre o tema. Apesar dos esforços governamentais para incentivar a Educação Financeira, este tema ainda carece de estudos e de fomento para que se fortaleça a ideia de sua pertinência em ações de formação para os cidadãos em geral, sobretudo para os estudantes da Educação Básica.

Palavras Chaves: Educação Financeira. Projeto de Extensão. Educação Matemática.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios dos profissionais da educação em tempos atuais é promover um ensino capaz de preparar o cidadão para a vida em sociedade. Existem diversas áreas do conhecimento que podem proporcionar a realização de um trabalho capaz de promover uma interlocução de valores e contribuir efetivamente para a formação de um indivíduo consciente ao tomar decisões para que, em sociedade possa ter uma vida melhor.

Segundo a OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development⁴ a Educação Financeira pode ser entendida como:

¹ Doutora em Educação Matemática. Universidade Estadual de Londrina. rcgpasq@uel.br

² Licenciado em Matemática. Mestrando em Matemática (PROFMAT/UEL). Universidade Estadual de Londrina. alisson_hs612@hotmail.com

³ Este projeto possui financiamento da SETI/Fundo Paraná – Programa Universidade Sem Fronteiras

⁴ Tradução: Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE).

“O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (OECD, 2013, tradução nossa).

A OECD, ou OCDE como conhecida no Brasil, é uma organização internacional cuja sede localiza-se em Paris, na França. Segundo o site da própria organização, na lista dos membros atuais constam trinta e quatro países. O Brasil não faz parte desta lista, entretanto, existem países que contribuem com a Organização e, nesse sentido, o país é citado como *Key Partners*, assim como outros países como a Índia, a Indonésia, a República Popular da China e a África do Sul, e que foram assim considerados a partir da reunião de maio de 2007.

A OCDE é composta de países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. (OECD, 2017; MILANI; TUDE, 2015).

Os objetivos desta organização extrapolam os limites territoriais dos países que a compõe, dentre as diversas ações propositivas questão vinculadas com a missão desta organização, qual seja, a promoção de políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo, estão as ações que se referem à Educação Financeira.

No contexto educacional brasileiro existem diversos grupos que realizam ações e desenvolvem pesquisas que buscam promover a Educação Financeira. No âmbito da Educação Matemática e de outras áreas de conhecimento, pesquisadores discutem e contribuem efetivamente para compor um rol de produções científicas sobre a Educação Financeira (OLIVEIRA, 2007; CERBASI, 2009; SAVOIA, 2007; CAMPOS; KISTEMANN JUNIOR, 2013).

Nesta perspectiva, este artigo agrega-se a estas produções, com o objetivo de apresentar um *relato de experiência* proveniente de um Projeto de Extensão, intitulado “Educação Financeira: Matemática, Economia e Cidadania” desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, no estado do Paraná. O objetivo do projeto é promover ações de formação e conscientização sobre Educação Financeira às comunidades pertencentes às regiões de baixo IDH da cidade de Londrina no estado do Paraná. O projeto está em desenvolvimento e,

portanto, apresentaremos aqui neste texto, os resultados parciais dos estudos que realizamos até então e que subsidiam as ações subsequentes do projeto. Ainda, na sequência, apresentaremos as ações do projeto no intuito de fomentar a realização de estudos e iniciativas análogas.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ALGUNS APONTAMENTOS E QUESTIONAMENTOS

Em tempos atuais é fato a forma com que a sociedade tem se deparado com as constantes mudanças dos meios de comunicação e as tecnologias que influenciam nos hábitos de cada cidadão e dos sistemas regulatórios e econômicos que elevam a complexidade dos serviços financeiros. Em consequência, a Educação Financeira vem sendo uma preocupação eminente nos diversos setores da sociedade.

Metas financeiras de famílias que sobrevivem com salários mínimos perdem-se diante de apelos midiáticos ao consumo; esses consumos são influenciados por facilidades de créditos de natureza da pessoa física, cujos cálculos são coibidos de forma a mascarar o problema do endividamento, e somam-se às dificuldades de acesso a direitos fundamentais negados à classe trabalhadora. Uma classe que, muitas vezes, se limita a receber informações que lhes são impostas pela mídia e que estão distantes da sua realidade.

Oliveira (2007) compete a ideia do poder reflexivo que a Educação Financeira contém, ele a coloca como um instrumento de compreensão de escolhas dos indivíduos para saber utilizar o seu pensar racional para comparar, oportunizar e compreender opções. Desta forma, a Educação Financeira, para os indivíduos que realmente precisam, é uma ferramenta de evolução do pensar humano, não apenas quanto ao uso de técnicas e procedimentos mas, sobretudo refletindo que as ações atuais interferem na vida futura. Segundo Cerbasi (2009) a Educação Financeira é um campo de conhecimento que vale a pena acumular, pois, leva o sujeito a reflexão das mazelas sociais em que o dinheiro é fato gerador.

Sem dúvida os conhecimentos de Educação Financeira sempre foram importantes para os consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes e ciladas dos meios de comunicação, já que vivemos em uma sociedade cerceada pela propaganda do comércio e com excessivas oportunidades de consumo. As lojas de departamento

promovem liquidações a cada estação de tempo e, no intervalo delas, em datas comemorativas que incitam a compra de presentes apelando para o fator emocional. Por outro lado, batem à porta diferentes oportunidades de crédito que criam a falsa impressão da possibilidade de gasto, adiantando valores que ainda estarão por vir, além das compras de valores altos, mas, que quando diluída em várias parcelas, aparentam não comprometer o orçamento familiar. Estas são situações diversas, que nos remetem a refletir sobre nossas ações, frente às decisões de consumo que tomamos no nosso dia a dia. Exigem um planejamento sobre objetivos e necessidades reais, foco e tomada de decisão que dependem de uma consciência formada sobre o que é possível e necessário, ou, plausível e dispensável, ou ainda, importante e supérfluo, e que devem conduzir as famílias a tomarem decisões mais conscientes e adequadas à sua realidade. Além disso:

Associados ao consumismo estão também aspectos relacionados ao meio ambiente. Questões como reciclagem, desperdício, sustentabilidade, poluição etc, são relevantes ao exercício da cidadania. Entretanto, esse desejo ávido por consumir indiscriminadamente pode nos levar a achar que tudo é ilimitado (CAMPOS; KISTEMANN JUNIOR, 2013).

São diversos os desafios aos quais um cidadão se coloca frente à vida em sociedade que podem ser enfrentados com o acesso ao conhecimento.

É o que estabelece a OCDE quando constrói princípios e recomendações para a Educação Financeira. Entretanto, quando partimos para o campo das ações que podem possibilitar um trabalho com os seus objetivos, salientamos que “Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível” (SAVOIA et al, 2007, p.1129). E com isso, levarmos os pressupostos da Educação Financeira de forma coerente à realidade e às possibilidades culturais das classes trabalhadoras e dos cidadãos em geral, quais sejam crianças, jovens ou adultos.

O Decreto Federal 7.397/2010 institui, como uma política de estado de caráter permanente, a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Ao propormos o projeto em tela, por meio de uma primeira busca, tivemos ciência de iniciativas de

grupos que produziram materiais educativos de diferentes espécies, alguns inclusive com recursos de mídias digitais, disponíveis na rede www, todos relacionadas à Educação Financeira. Contudo, entendemos que essas informações não chegam às populações cuja renda familiar não ultrapassa cerca de 03 salários mínimos. E chega de forma ainda mais remota entre os que recebem até 01 salário mínimo e que, muitas vezes, necessitam de complementação de renda através do acesso a benefícios gerenciados pela política de assistência como Bolsa Família.

A Educação Financeira deve contemplar todas as classes sociais, e aqueles cidadãos, que, sobretudo, por dificuldades inerentes à rotina de trabalho ou sua condição social apresentam objeções de acesso ao seu conhecimento já produzido e disseminado sobre esse tema.

Diante do exposto indagamos sobre como orientar esse público para enfrentar os desafios do atual cenário? Como promover uma Educação Financeira a fim de contribuir para a formação de consumidores conscientes educados financeiramente refletindo sobre o seu consumo, sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais com maior propriedade? Que tipos de ações e mecanismos são necessárias para criarmos esta consciência nos cidadãos, nos estudantes da Educação Básica ou da Educação de Jovens e Adultos? Mais ainda, como levar o conhecimento a um público de baixa renda excluídos das iniciativas on-line atendendo as especificidades sociais econômicas e culturais, que refletem o comportamento financeiro?

Questionamentos desta ordem e natureza fomentam o trabalho desenvolvido pela equipe do projeto de extensão: EFMatEC; que ao considerá-los busca respondê-los a partir dos estudos de referenciais resultantes das pesquisas atuais e de materiais sobre o tema.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: MATEMÁTICA, ECONOMIA E CIDADANIA – UM PROJETO DE EXTENSÃO

Uma atividade de extensão universitária consiste de um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural e científico, desenvolvido por docentes e discentes que articule ensino e pesquisa e viabilize a ação transformadora da

sociedade⁵. Caracterizando-se como um Projeto de Extensão da UEL o EFMateC é um projeto aprovado pelo Edital No. 001/2016 do Programa Ciência Sem Fronteiras da SETI (Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná) com financiamento externo à UEL. O projeto promoverá ações que vislumbram intensificar o contato do Ensino Superior com a Educação Básica e, com o público alvo, por meio de ações sustentadas pelo trabalho dos docentes da UEL das áreas supracitadas e estudantes dos cursos de Matemática e Ciências Econômicas. Por conseguinte, realizaremos um trabalho que busque a melhoria da condição social dos estudantes da Educação Básica, da Educação de Jovens e Adultos, ou da comunidade de regiões de baixo IDH. Consideramos que “Na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e suas relações com os demais” (SAVOIA, 2007, p.1122).

Neste sentido, a organização e o conhecimento são imprescindíveis para obter os resultados desejados e estabelecer uma relação sustentável com o dinheiro. Assim, cada indivíduo pode vislumbrar formas de diminuir instabilidades que colocam em risco os suprimentos de necessidades básicas das famílias.

Nesta tônica, a Educação Financeira é um tema transversal que pode envolver diversas áreas do conhecimento, e que pode ser abordada a partir dos conhecimentos matemáticos que a envolvem. Neste conjunto, podemos situar a Matemática como uma área que pode contemplar conhecimentos que favoreçam além da articulação com outras áreas do conhecimento, a Economia, o Serviço Social e a Educação, que possam refletir e discutir sobre o atual contexto político e econômico do país. Estas áreas fazem participam do projeto. Por outro lado:

A Educação Matemática (EM) tem se revelado um rico campo de investigação científica. A proficuidade desta área de conhecimento – um campo relativamente recente de pesquisa – depende em boa medida do esforço interdisciplinar que a fundamenta. Tendo por objeto as mais diferentes nuances da problemática do processo de ensino e de aprendizagem da matemática, diversas vertentes teóricas, alicerçadas sobre posições metodológicas e concepções distintas, têm proporcionado bases para a discussão acerca de importantes desdobramentos da educação matemática, a exemplo da Educação Financeira (EF),

⁵Resolução CEPE No. 070/2010 da UEL – Universidade Estadual de Londrina que regularize as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

recentemente tomada como política pública no Brasil (HOFFMANN; MORO, 2013, p.1).

Conforme anunciamos anteriormente, o objetivo geral do EFMatEC é promover ações de formação e conscientização sobre educação financeira às comunidades pertencentes às regiões de baixo IDH da cidade de Londrina no estado do Paraná. Em consonância, destacamos outros seis objetivos específicos, que estão listados a seguir: 1. Desenvolver estratégias de educação financeira por meio de métodos e ferramentas dirigidos às especificidades sociais, econômicas, culturais e ao comportamento financeiro do público alvo; 2. Desenvolver ações formativas que tenham uma perspectiva continuada; 3. Promover a sustentabilidade a partir da educação financeira; 4. Contribuir com a oferta de materiais que subsidiem o tratamento do tema educação financeira para a Educação Básica; 5. Provocar reflexões, estimular o debate e ampliar a visão dos integrantes do projeto sobre o tema educação financeira contribuindo para sua disseminação na sociedade; 6. Estimular a inserção da educação financeira como um conteúdo a ser abordado por diferentes cursos e atividades educativas, considerando a transversalidade do tema.

Em Savoia (2007, p. 1125), o autor já identificava a necessidade de políticas públicas que incentivassem a promoção da Educação Financeira para todos, naquela época, “É evidente que, no Brasil, as autoridades não exercem a função de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro” (SAVOIA et al, 2007, p. 1125).

Ressaltamos que a ENEF foi instituída em 2010 a partir da Pesquisa Nacional de Educação Financeira⁶ que confirmou as impressões de que o nível de Educação Financeira da população era baixo. Após aproximadamente sete anos da implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira ainda vemos, por meio de dados atuais, que o endividamento da população é preocupante.

A estimativa por faixa etária revela que é entre os 30 e 39 anos que se observa a maior frequência de negativados. Em dezembro, quase metade da população nesta faixa etária (49,38%) tinha o nome inscrito em alguma lista de devedores – um total de 16,81 milhões. Também merece destaque uma porcentagem significativa da população com idade entre 25 e 29 anos (46,65%) estar negativada, assim como os consumidores com idade entre

⁶A pesquisa, em parceria com a BM&FBovespa, foi conduzida pela Data Popular (www.datapopular.com.br), uma organização de pesquisa social.

40 e 49 anos (46,24% em situação de inadimplência). Entre os mais jovens, com idade entre 18 e 24 anos, a proporção cai para 19,38% – em número absoluto, 4,63 milhões. Já a população idosa, considerando-se a faixa etária entre 65 a 84 anos, a proporção é de 29,50%, o que representa 4,58 milhões de pessoas (BRASIL; CNDL, 2017).

Com base em dados desta natureza e com estas apresentações, o projeto está sendo desenvolvido por meio de ações de formação que serão realizadas nas comunidades de baixo IDH que estão sendo identificadas junto ao CRAS (Centro de Referência e Assistência Social). Para isto, realizamos um trabalho articulado junto ao CRAS por intermédio de um docente do Serviço Social. As ações do projeto estão sendo sustentadas por estudos teóricos sobre Educação Financeira concomitante ao desenvolvimento de todas as etapas do projeto.

A equipe do projeto conta com 5 docentes, sendo: 1 docente do Departamento de Matemática (coordenadora-orientadora); 2 docentes do Departamento de Economia (colaborador-orientador); 1 docente do Departamento de Serviço Social (colaboradora); 1 docente do Departamento de Educação (colaboradora). Por meio de edital público, esta equipe de docentes selecionou 4 estudantes de graduação, 3 do curso de Ciências Econômicas e 1 do curso de Matemática (que é Economista), e 1 profissional recém-formado em Matemática que concomitantemente, desenvolve estudos de mestrado relacionados ao tema. Vale comentar que a equipe desenvolve um trabalho integrado envolvendo as diferentes áreas do conhecimento, com 4 Departamentos distintos e 3 Centros de Estudos distintos da Universidade, que são: o Centro de Ciências Exatas com o Departamento de Matemática, o Centro de Educação, Ciências e Artes com o Departamento de Educação e o Centro de Estudos Sociais Aplicados com os Departamentos de Economia e de Serviço Social.

A seguir, especificaremos as etapas do projeto, que estão sendo desenvolvidas, algumas concomitantemente.

A primeira delas, que deverá ser desenvolvida continuamente, refere-se aos estudos de formação e capacitação para a equipe do projeto. Com a equipe composta, e já com os estudantes, selecionados por meio de um edital, iniciamos os estudos de formação a partir do levantamento bibliográfico prévio realizado pelos docentes. São textos e artigos sobre Educação Financeira, Educação Matemática e temáticas relacionadas. Neste percurso, nos deparamos com várias indagações que nos levaram a investigar assuntos que extrapolam um levantamento inicial.

Percebemos que a Educação Financeira envolve muito mais que Economia e Matemática, como por exemplo, os aspectos relacionados ao comportamento humano que poderão nos remeter a estudos comportamentais.

Outra etapa do projeto é o estabelecimento da parceria/articulação com o CRAS para o acesso ao público alvo a ser atendido: com o intermédio do docente do Serviço Social realizaremos uma visita junto aos CRAS de diferentes regiões de Londrina, em que estão sendo definidas, por meio de um mapeamento, as regiões de baixo IDH onde será possível implementar os cursos e as ações do projeto. Ainda, nesta etapa, faremos um agendamento de reuniões para a apresentação e o planejamento das ações integradas. Conforme citado acima, as ações principais deste projeto serão: as palestras, os cursos de formação e as oficinas. A seguir, descrevemos a metodologia e o público alvo, para cada uma delas.

Palestras: para a realização das palestras, prevemos as temáticas: Consumo Consciente e Organização Financeira Pessoal e Familiar. O público alvo será formado pela comunidade em geral, pessoas que pertencem às regiões identificadas. Estas palestras estão sendo elaboradas e planejadas pela equipe do projeto, com a preparação de materiais sobre as temáticas citadas que serão apresentadas em locais estratégicos, tais como escolas, comunidades de bairro, centros de vivência etc.

Cursos de Formação: os cursos estão sendo organizados com foco no tema central do projeto e cujo público alvo são professores da Educação Básica, dos níveis Fundamental e Médio. A estrutura da UEL permite-nos certificar estes cursos para os professores como uma atividade do processo de formação continuada. Os cursos estão sendo divulgados junto ao Núcleo Regional de Ensino de Londrina, e, segundo nossa experiência com outros grupos de professores, acreditamos que a procura será grande, já que o assunto é um dos requisitos previstos na Lei Federal No. 7.397/2010. Estes cursos serão realizados nas dependências do Departamento de Matemática da UEL.

Oficinas: destinam-se a estudantes da Educação Básica, dos níveis Fundamental e Médio e da Educação de Jovens e Adultos. As oficinas serão desenvolvidas com turmas de aproximadamente 20 estudantes. Procuraremos atender à demanda nas escolas das regiões identificadas. A princípio prevemos oficinas de 4h de duração em horários de contra turno ao dos estudantes, mas nada impede que estas oficinas sejam ministradas junto às aulas de Matemática em

horários previamente combinados com os professores e a direção, caso manifestem interesse. Inicialmente as temáticas a serem trabalhadas serão: Meu primeiro salário; Orçamento familiar e Consumo consciente. Quais meus planos para o futuro?

Teatro: estamos em fase de elaboração de uma peça de teatro sobre o tema Educação Financeira. O tema consumo consciente é profícuo para que possamos fazer um teatro em forma de dramatização ou comédia. Nossa intenção é apresentar esta peça nas escolas, nas comunidades ou mesmo nos cursos de formação ao final. Para isto pretendemos envolver os membros da equipe do projeto, docentes e estudantes, com o objetivo de integração, dinamização obtendo uma aproximação junto ao público alvo.

Concomitantemente às etapas descritas acima, há a necessidade da elaboração do Material Pedagógico: para que os cursos, palestras e oficinas sejam realizados é necessário confecção de materiais adequados como apostilas, cartilhas e outros que forem identificados no planejamento. Incluímos nestes materiais alguns jogos que estão sendo desenvolvidos e que serão utilizados. O lúdico é fortemente recomendado para o trabalho com crianças em geral, especialmente aquelas de comunidades de baixo IDH que carecem de maior atenção para despertar o seu interesse por atividades da escola.

Durante o desenvolvimento do projeto ministraremos uma mostra do trabalho desenvolvido em semanas acadêmicas de universidades que ofereçam cursos de formação de professores que ensinam Matemática e de Ciências Econômicas.

Deste modo, esperamos contribuir para a formação de indivíduos da sociedade ao oferecermos cursos de formação continuada aos docentes da Educação Básica Pública e a estudantes de Licenciatura de Matemática e de Economia. Além de demonstramos por meio de um trabalho conjunto como que áreas de conhecimentos distintos podem trabalhar por um bem comum à população de um modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Matemática, a Matemática e a Economia são áreas de conhecimento capazes de contribuir para a formação de pessoas oferecendo conceitos e ideias que podem delinear os problemas relacionados à Educação

Financeira, citados anteriormente neste texto, além de oferecer alternativas e condições para resolvê-los. Estas áreas podem oferecer aos cidadãos, conhecimentos suficientes para auxiliá-los a tomar decisões, tendo como base uma vida planejada a partir dos recursos que dispõe. Entretanto, entendemos que o público alvo deste projeto carece algo mais do que planilhas e tabelas; necessitam de um apoio pedagógico trazendo resultados que transcendem a própria Educação Financeira ligados à aspectos sociais. Os sujeitos devem se reconhecer como cidadãos com direitos que lhes são garantidos, além, sobretudo de seus deveres.

Em um processo de crise econômica, quem mais sofre o impacto é o público de maior vulnerabilidade social. As pessoas que vivem nas comunidades de baixo IDH, adultos, jovens ou crianças, como os próprios indicadores deste índice apontam carecem de ações de formação voltadas à Educação Financeira. Desta forma, este projeto vem contribuir com este cenário proporcionando que conhecimentos sobre Educação Financeira sejam disseminados e próprios da população alvo envolvida.

Com isso, a partir desta iniciativa oportunizada pela extensão podemos contribuir para a formação das pessoas levando-as ao bem estar e a uma vida em sociedade capaz de exercer seus direitos e deveres como cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. CNDL. Inadimplência desacelera em 2016 e fecha dezembro com 58,3 milhões de brasileiros negativados. 2017. Disponível em: <<http://www.cndl.org.br/noticia/inadimplencia-desacelera-em-2016/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil. Brasília.

CAMPOS, A. B.; KISTEMANN JUNIOR, M. A. Qual Educação Financeira Queremos em Nossa Sala de Aula? Educação Matemática em Revista, Brasília, v. 15, n. 40, p.48-56, nov. 2013.

CERBASI, G. Como organizar sua vida financeira: Inteligência financeira pessoal na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. Zetetiké: Revista de Educação Matemática, Campinas, SP, v. 20, n. 38, p. 37-54, maio 2013. ISSN 2176-1744. Disponível em:

<<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/zetetike/article/view/2814/3872>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

MILANI, C. R. S.; TUDE, J. M. Globalização e relações internacionais (Recurso eletrônico): casos de ensino. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2015.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. Planejamento Estratégico: Conceitos Metodologia e Práticas. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RÚSSIA. Secretary-general Of The OECD. OECD. Advancing National Strategies for Financial Education. 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, Dezembro. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 agosto 2016.